



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 66 / 2026**1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Provisionamento de serviços e de peças, componentes e acessórios aplicados na manutenção e conservação dos veículos da frota do TRE/MS.

Tais serviços e peças são necessários para garantir o adequado funcionamento dos veículos pertencentes à frota do TRE/MS, e, por consequência, viabilizar a prestação dos serviços de transporte nos quais são empregados.

A contratação vigente que atende à demanda terá sua vigência encerrada em 24/06/2026 (vide 5º Termo de Alteração, evento n.º 1874503 do processo n.º 0002267-27.2021.6.12.8000).

2. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO, SE HOUVER

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações de 2026, conforme, documento de evento n.º 1949951.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A prestação dos serviços de mecânica e correlatos e a aquisição de peças, componentes e acessórios compreendidos na contratação se darão em estabelecimentos componentes da rede de credenciados da empresa contratada, com o pagamento das despesas sendo realizado mediante uso de sistema eletrônico.

A empresa contratada deverá dispor de sistema informatizado, disponível na internet, que propicie ao TRE/MS o gerenciamento e o acompanhamento dos serviços utilizados e dos materiais adquiridos, com emissão de relatórios gerenciais.

A rede de estabelecimentos da empresa contratada deverá contar com empresas credenciadas situadas em municípios indicados pelo TRE/MS, que deverão atender à prestação de serviços e/ou o fornecimento de materiais especificados.

A empresa contratada deverá disponibilizar ferramenta (s) / sistema (s) (exemplos: Audatex, Cílica), que possibilite (m) à Fiscalização a realização de consulta a tabela (s) de preços referenciais de cada peça demandada e aos tempos padrão de execução de mão de obra, com vistas à avaliação de orçamentos gerados por estabelecimentos credenciados à Contratada.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

A empresa deverá comprovar Regularidade perante a Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho (CNDT).

CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa interessada em contratar com o TRE/MS deverá comprovar a sua capacidade técnica, mediante apresentação de comprovante / atestado de prestação de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta contratação.

Para fins da comprovação prevista na cláusula 4.2, considera-se "prestação de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta contratação" a execução de serviços de administração e gerenciamento da frota veicular, destinados à manutenção de veículos, compreendendo a prestação de serviços de mecânica e o fornecimento de peças automotivas, mediante disponibilidade de rede credenciada, com emprego de sistema eletrônico de autorização de transações (pagamento).

CONSÓRCIO

Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, pois a realidade do mercado demonstra que existem várias empresas especializadas na realização deste objeto, não precisando de outras empresas para auxílio técnico ou operacional.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista o valor da contratação e sua complexidade.

SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Para fins desta contratação não se considera subcontratação a prestação de serviços ou o fornecimento de peças por intermédio de estabelecimentos credenciados à rede da contratada.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

Os serviços e os materiais possíveis de serem demandados são muito diversificados, de modo que se mostra prejudicada sua discriminação e quantificação individuali

Para este tipo de contratação é usual o dimensionamento em razão do volume estimado de despesas a serem realizadas durante a vigência da contratação.

No quadro abaixo estão indicados os valores despendidos nas últimas cinco vigências, segmentados por serviços e peças, obtidos no Sistema de Contratos.

	1ª vigência		2ª vigência		3ª vigência		4ª vigência		5ª
	2021	2022	2022	2023	2023	2024	2024	2025	2025
SERVIÇOS	R\$ 9.756,43	R\$ 18.376,44	R\$ 28.833,33	R\$ 27.552,24	R\$ 12.688,49	R\$ 38.524,93	R\$ 57.987,11	R\$ 19.434,49	R\$ 44.270

PEÇAS	R\$ 21.753,02	R\$ 60.795,46	R\$ 77.500,00	R\$ 75.185,15	R\$ 28.224,46	R\$ 129.653,56	R\$ 135.075,95	R\$ 43.362,13	R\$ 134.584,46
TOTAL	R\$ 31.509,45	R\$ 79.171,90	R\$ 106.333,33	R\$ 102.737,39	R\$ 40.912,95	R\$ 168.178,49	R\$ 193.063,06	R\$ 62.796,62	R\$ 178.859,62
Total por vigência		R\$ 110.681,35		R\$ 209.070,72		R\$ 209.091,44		R\$ 255.859,68	
Total por ano			R\$ 185.505,23		R\$ 143.650,34		R\$ 361.241,55		R\$ 241.652,46

Nota: ¹ - média anual calculada com a seguinte fórmula = Total / 4,75, onde 4,75 corresponde a 4 anos de vigência completa da contratação e a fração 0,75 equivale ao período de 9 meses.

No quadro a seguir estão indicados os valores previstos do contrato vigente, sobre os quais foi aplicado o percentual acumulado do IPCA de abril/2024 (mês poste (último valor do IPCA divulgado), obtendo-se os valores atualizados monetariamente.

Os valores estimados propostos para o novo ciclo 2026/2027 foram determinados com arredondamento dos valores atualizados do contrato atual para a primeira d global estimado resultou em R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais).

	Valores do contrato atual	IPCA acumulado ¹ abri/2024 a fev/2026	Valor atualizado	Valor proposto para nova contratação
SERVIÇOS	R\$ 72.025,00	8,89	R\$ 78.428,03	R\$ 80.000,00
PEÇAS	R\$ 216.075,00	8,89	R\$ 235.284,07	R\$ 240.000,00
TOTAL	R\$ 288.100,00		R\$ 313.712,10	R\$ 320.000,00

¹ - fonte: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>, consulta em 09/04/2026

5. ANÁLISE DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

Para suprir as necessidades motivadoras da contratação, foram identificadas, a princípio, duas soluções:

- 1) contratação de pessoas jurídicas que prestem serviços e/ou forneçam materiais destinados à manutenção de veículos para fornecimento dos serviços e materiais compreendidos na proposta de contratação; ou,
- 2) contratação de pessoa jurídica mantenedora de sistema de gerenciamento de frota veicular, que disponha de rede de estabelecimentos credenciados aptos a fornecer os serviços e materiais compreendidos na proposta de contratação.

A primeira solução se mostra por demais complexa e custosa, posto que seja necessária a realização de múltiplas contratações, ao menos uma para cada localidade a ser atendida, a depender da disponibilidade de empresa (s) apta (s) a fornecer os produtos e serviços contemplados no objeto da contratação. Essa multiplicidade de contratações imporia maior carga de trabalho administrativo para efetivação da contratação e para acompanhamento e fiscalização dos contratos.

Além disso, como as contratações seriam celebradas com empresas específicas, a aquisição dos produtos e serviços teria de ser realizada apenas nesses estabelecimentos contratados, inviabilizando a sua realização em outros estabelecimentos, exceto se utilizado regime de adiantamento (suprimento de fundos).

A segunda solução é a que atualmente é utilizada por este Tribunal e que tem atendido de forma satisfatória às necessidades administrativas. Nesta solução a contratação recai sobre empresa administradora de sistema de gerenciamento de frota veicular, que torna disponível ao contratante sua rede de estabelecimentos credenciados, meio de pagamento e sistema de gestão e acompanhamento da utilização dos produtos e dos serviços.

Essa solução tem se mostrado muito mais prática, versátil e eficiente que a primeira mencionada, com redução significativa do trabalho administrativo relacionado à efetivação da contratação e à fiscalização do contrato. Além disso, via de regra a rede de credenciados é composta por um número de estabelecimentos superior aos que viriam a ser contratados com uso da primeira solução, aumentando a flexibilidade de uso dos produtos e serviços. Ainda, a empresa contratada torna disponível ao contratante sistema de gestão, em que podem ser obtidos de forma mais prática e ágil relatórios gerenciais sobre a utilização dos produtos e serviços.

Vale acrescentar que o sistema eletrônico de pagamento fornecido pela empresa contratada possibilita melhor controle na utilização dos produtos e serviços, pois, via de regra, possibilita o cadastramento dos veículos e de usuárias (os) que podem fazer essa utilização, impedindo o uso em veículos alheios. Possibilita, também, fixar os tipos de produtos e serviços que podem ser utilizados em cada veículo e fixar parâmetros de controle.

Por tais razões, a proposta é de que seja mantido o formato da contratação atual, consistente na segunda solução descrita acima, qual seja: *contratação de pessoa jurídica mantenedora de sistema de gerenciamento de frota veicular, que disponha de rede de estabelecimentos credenciados aptos a fornecer os produtos e serviços compreendidos na proposta de contratação.*

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO OU DO MATERIAL

6.1. A solução adotada para o atendimento da necessidade administrativa é a **contratação de empresa especializada em administração e gerenciamento e manutenção dos veículos pertencentes à frota do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, compreendendo a prestação de serviços de mecânica veículos, doravante denominados apenas de serviços, e o fornecimento de peças automotivas, componentes e acessórios, doravante denominados como peça intermédio de rede de estabelecimentos credenciados, com disponibilidade de sistema eletrônico de gerenciamento e com autorização de transações por meio de sistema eletrônico de pagamento.**

6.1.1. A relação dos veículos oficiais do TRE/MS que serão, inicialmente, atendidos pela presente contratação consta do Anexo I-B deste instrumento.

6.1.2. Durante a vigência da contratação, o TRE/MS poderá incluir ou excluir veículo de sua frota, sem que isso consista em modificação das condições de execução da contratação.

6.2. O objeto da presente contratação consiste, basicamente, na prestação de serviços de administração e gerenciamento da frota veicular do TRE/MS, compreendendo:

- a) disponibilidade de sistema de administração e gerenciamento que possibilite a realização de todo o processo de solicitação, obtenção e aprovação de orçamento, bem como o controle gerencial da frota veicular do TRE/MS;
- b) disponibilidade de rede de estabelecimentos credenciados para fornecimento de serviços e peças, necessários à manutenção e ao adequado funcionamento da frota veicular do TRE/MS;
- c) disponibilidade de sistema de autorização de transação (pagamento) dos serviços e peças junto à rede de estabelecimentos credenciados, mediante meio eletrônico;
- d) disponibilidade de ferramenta (s) / sistema (s) (exemplos: Audatex, Cílica), que possibilite (m) à Fiscalização a realização de consulta a tabela (s) de preços referenciada e aos tempos padrão de execução de mão de obra, com vistas à avaliação de orçamentos gerados por estabelecimentos credenciados à Contratada;
- e) outros serviços correlatos previstos neste Termo de Referência e na Minuta de Contrato (Anexo II), ou ainda inerentes e necessários à perfeita execução do objeto.

Sistema de administração e gerenciamento

6.3. Para execução dos serviços objeto desta contratação, a contratada deverá dispor de sistema informatizado, acessível ao Contratante via internet, que possibilite a solicitação, obtenção e aprovação de orçamentos de serviços e peças junto à rede de estabelecimentos credenciados da Contratada.

6.4. O sistema oferecido pela Contratada deve possibilitar, conforme o caso:

- a) cadastramento dos dados dos veículos pertencentes ao Contratante, com possibilidade de inclusão de novo veículo e de inativação de veículo retirado da frota
- b) cadastramento de operadoras (es) do Contratante, que serão responsáveis pela operação do sistema (solicitação e aprovação de orçamentos, etc.);
- c) cadastramento de usuárias (os) do Contratante, que serão responsáveis pelo encaminhamento e/ou retirada do veículo e pelo pagamento dos serviços ou por credenciados (se o sistema disponibilizado requerer esse procedimento);
- d) solicitação pelo Contratante de orçamento de serviços e peças aos estabelecimentos credenciados;
- e) o orçamento apresentado por estabelecimento credenciado deve trazer a descrição detalhada dos serviços e das peças necessários à manutenção do veículo, valores unitário e total;
 - e.1) o orçamento deve dispor de campo para que o estabelecimento credenciado possa relatar os problemas identificados e as soluções propostas;
 - e.2) caso o sistema não possibilite a inclusão do relatório previsto na alínea 'e.1' acima, o estabelecimento credenciado deverá encaminhá-lo à operadora mensagem de correio-eletrônico;
- f) replicação de pedido de orçamento a outros estabelecimentos credenciados, a partir de orçamento inicial obtido pelo Contratante;
- g) negociação de preços entre a operadora / o operador do Contratante e o estabelecimento credenciado, mantendo registro dos orçamentos inicial e final;
- h) aprovação do orçamento pela (o) operadora / operador do Contratante e o consequente encaminhamento de autorização de execução / fornecimento selecionado;
- i) comunicação pelo estabelecimento credenciado da conclusão da execução do serviço e/ou do fornecimento da peça;
- j) atesto pelo Contratante da execução do serviço e/ou do fornecimento da peça, com vistas ao posterior faturamento pelo estabelecimento credenciado;
- k) outras ações necessárias à perfeita consecução do processo de manutenção veicular;

6.5. Além do disposto nas cláusulas 6.3 e 6.4 acima, o sistema oferecido pela contratada deve possibilitar a consolidação das informações relativas às transações e controle gerencial da frota de veículos do TRE/MS.

6.6. O sistema deverá tornar disponível, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir do início da implantação dos serviços de administração e gerenciar

- a) relação dos veículos da frota do TRE/MS, indicando a marca, modelo, ano de fabricação/modelo e tipo de motorização;
- b) histórico das operações realizadas pela frota, contendo: data, hora, identificação do estabelecimento, identificação da (o) usuária (o), peça e/ou serviço adquirido unitário, valor total da operação e saldo;
- c) análise e histórico das operações realizadas por usuária (o) previamente autorizada (o) pelo TRE/MS;
- d) histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
- e) preço pago pelas peças e pelos serviços adquiridos para a frota;
- f) descritivo dos limites de créditos distribuído aos veículos da frota ou grupo de veículos previamente estabelecidos na implantação;
- g) volume de gastos realizados por tipo de peça ou serviço;
- h) volume de gastos em determinado período, com detalhamento de peças e serviços adquiridos, para fins de conferência da Nota Fiscal/Fatura;

6.7. O sistema deverá possibilitar a consolidação de dados, permitindo o acesso aos mesmos e a geração/emissão de relatórios.

6.7.1. O sistema deve possibilitar a geração de relatórios periódicos, com, ao menos, as opções de relatórios mensais e anuais.

6.8. O sistema deverá possuir mecanismo de controle de acesso, com possibilidade de definição de níveis de acesso às operadoras / aos operadores, sendo no mínimo de acordo com o tipo de informações e ações a serem permitidas a cada operadora / operador.

6.9. O TRE/MS repassará à contratada, para fins de alimentação do sistema, os dados relativos:

- a) aos veículos que serão atendidos com a presente contratação, tais como: placa, chassi, marca, modelo, versão, motorização, tipo de combustível, local de lotação
- b) às usuárias / aos usuários autorizadas (os), tais como: nome, matrícula e/ou CPF e local de lotação (quando necessário para fins de encaminhamento e retirada

6.10. O TRE/MS manterá atualizados, junto à contratada, os dados mencionados na cláusula 6.9 acima, visando a perfeita execução contratual.

6.11. Com o objetivo de viabilizar a avaliação pela Fiscalização dos orçamentos de serviços e peças, a Contratada deverá disponibilizar, sem nenhum custo adicional, o sistema (s) (exemplos: Audatex, Cília), que possibilite (m) à Fiscalização a realização de consulta a tabela (s) de preços referenciais de cada peça demandada e ac

6.11.1. A ferramenta / sistema de consulta de preços de peças deverá ser composto por módulos de orçamentos e de consulta rápida de preços de peças que veículos pertencentes ao TRE/MS.

6.11.2. A ferramenta / sistema deve ter mecanismos simples de busca e consulta, de modo que possam ser realizadas por usuárias (os) que não detenham mecânica.

Rede de estabelecimentos credenciados

6.12. Para fins de atendimento da demanda por serviços e peças destinados à manutenção da frota veicular do TRE/MS, a Contratada deverá dispor de rede de estabelecimento para o fornecimento de peças automotivas, componentes e acessórios e para a execução de serviços de mecânica geral e de lavagem de veículos.

6.13. Os serviços e peças previstos a serem adquiridos pelo TRE/MS contemplam:

- a) manutenção mecânica preventiva e corretiva;
- b) manutenção de garantia de fábrica;
 - b.1) os veículos do TRE/MS que, atualmente (abril/2026) estão sob garantia do fabricante são: 4 (quatro) Toyota Corolla Cross XRX HEV (híbridos) e 2 (dois) veículos de outros fabricantes;
 - b.2) durante a vigência contratual, ocorrendo a aquisição de novo veículo, o TRE/MS comunicará à Contratada para fins de credenciamento da contratação para a realização das revisões para manutenção de garantia de fábrica;
- c) manutenção de veículos sinistrados;
- d) manutenção elétrica;
- e) serviços de lanternagem e funilaria;
- f) serviços de pintura;
- g) serviços de estofagem;
- h) serviços de alinhamento de direção e suspensão (câster, cambagem, convergência e divergência), desempenho de rodas, balanceamento, simples e computadorizado;
- i) serviços de chaveiro automotivo, incluindo fornecimento de chaves, decodificação e cartões de ignição automotiva;

- j) serviços de manutenção de condicionador de ar automotivo;
- k) fornecimento de peça automotiva necessária ao adequado funcionamento do veículo;
- l) fornecimento de componente e/ou acessório automotivo;
- m) fornecimento de placas de identificação veicular;
- n) serviços de lavagem, aspiração, lubrificação, polimento e cristalização;
- o) serviços, materiais e peças de borracharia em geral, incluindo o fornecimento de pneus;
- p) serviços de vidraçaria em geral, incluindo colocação e retirada de películas de controle solar;
- q) outro serviço, material, peça, acessório ou componente que, embora não explicitamente especificado neste instrumento, seja necessário ao adequado funcionamento.

6.14. Os serviços e peças descritos na cláusula 6.13 acima compreendem o conjunto que o TRE/MS pretende ter a sua disposição durante a vigência da contratação, observados os parâmetros mínimos fixados na cláusula 6.15 abaixo.

6.14.1. As peças adquiridas serão, prioritariamente, originais, assim entendidas:

- a) as produzidas e/ou embaladas e com controle de qualidade do fabricante ou montadora do veículo e constantes de seu catálogo ("genuínas"); ou,
- b) as produzidas e/ou embaladas por fabricante fornecedor da montadora dos veículos, observados os mesmos padrões e níveis de qualidade por esta exigidos constantes de seu catálogo;

6.14.2. Mediante solicitação ou autorização formal da Fiscalização do TRE/MS, poderão ser adquiridas:

- a) peças de outros fabricantes, cujo produto atenda aos níveis de qualidade e aplicabilidade recomendados ou indicados pelo fabricante ou montadora do veículo;
- b) peças reconcondicionadas, desde que não haja comprometimento da segurança do veículo, e apenas em razão de falta da peça no mercado ou da inviabilidade de aquisição.

6.15. A rede credenciada da Contratada deverá ser composta, no mínimo, pelos quantitativos de estabelecimentos indicados no quadro abaixo, conforme serviço/fornecimento.

Localidade	Quantitativo mínimo de estabelecimentos credenciados por segmento									
	Mecânica Geral - veículos leves - motorização a etanol e/ou gasolina	Mecânica Geral - veículos leves (caminhonetes, furgões, etc.) e pesados (caminhões) - motorização a diesel	Auto-elétrica	Lanternagem e funilaria	Pintura	Condicionador de ar automotivo	Alinhamento e balanceamento, borracharia em geral, fornecimento de pneus	Fornecimento de peças	Lavagem e serviços assemelhados	Fornecimento de placas de identificação veicular
Campo Grande	4	4	3	3	3	3	3	3	3	1
Dourados	2	1	1	1	1	1	1	1	1	
Três Lagoas	2	1	1	1	1	1	1	1	1	
Corumbá	2	1	1	1	1	1	1	1	1	
Ponta Porã	2	1	1	1	1	1	1	1	1	
Amambai	1		1			1	1	1	1	
Cassilândia	1		1			1	1	1	1	
Bataguassu	1		1			1	1	1	1	
Aquidauana	1		1			1	1	1	1	
Paranaíba	1		1			1	1	1	1	
Camapuã	1		1			1	1	1	1	
Miranda	1		1			1	1	1	1	
Maracaju	1		1			1	1	1	1	
Rio Verde de Mato Grosso	1		1			1	1	1	1	
Jardim	1		1			1	1	1	1	
Água Clara	1		1			1	1	1	1	
Aparecida do Taboado	1		1			1	1	1	1	
Eldorado	1		1			1	1	1	1	
Ivinhema	1		1			1	1	1	1	
Caarapó	1		1			1	1	1	1	
Ribas do Rio Pardo	1		1			1	1	1	1	
Costa Rica	1		1			1	1	1	1	

Deodápolis	1		1		1	1	1	1	
São Gabriel do Oeste	1		1		1	1	1	1	
Anastácio	1		1		1	1	1	1	

6.15.1. As localidades indicadas no quadro acima são aquelas em que estão alocados veículos oficiais do TRE/MS.

6.15.1.1. Faculta-se ao TRE/MS o remanejamento de veículos entre localidades ou a inclusão de nova localidade, ficando a Contratada responsável por garantir atendimento às demandas do Contratante, no prazo fixado na cláusula 6.20.1 abaixo.

6.15.2. Um mesmo estabelecimento pode atender diferentes segmentos indicados no quadro acima, desde que esteja credenciado perante a Contratada em cada um.

6.15.3. Um segmento indicado no quadro acima poderá ser atendido por estabelecimentos diversos, de acordo com suas especialidades.

6.15.4. A listagem de estabelecimentos credenciados ao sistema da Contratada deverá informar, de forma clara e objetiva, o (s) segmento (s) de atuação de cada um.

6.16. A comprovação da abrangência da rede credenciada deverá ser feita pela Contratada perante a Fiscalização, mediante apresentação de relação de estabelecimentos e das condições seguintes, sob pena de rescisão contratual:

a) até o prazo limite para implantação do sistema: deverão estar credenciados, ao menos, um estabelecimento de cada categoria nos municípios de Campo Corumbá e Ponta Porã, de modo a viabilizar a imediata utilização dos serviços pelo TRE/MS, se necessário;

b) até 30 dias posteriores à assinatura do Termo de Contrato: deverão estar credenciados todos os estabelecimentos previstos na cláusula 6.15;

6.16.1. A relação de estabelecimentos credenciados deverá conter, pelo menos, o nome do estabelecimento, o endereço completo e o (s) ramo (s) de atividade (se houver).

6.17. Os estabelecimentos credenciados à rede da Contratada deverão estar localizados, preferencialmente, dentro do perímetro urbano dos municípios em que estejam.

6.17.1. Em caso de municípios conurbados (exemplo: Anastácio e Aquidauana), aceitar-se-á, para fins de abrangência da rede credenciada da Contratada, instalado em quaisquer dos municípios, isto é, uma oficina sediada em Aquidauana, por exemplo, poderá atender, simultaneamente, a Aquidauana e a Anastácio.

6.18. Os estabelecimentos credenciados à rede da Contratada deverão dispor, em sua sede e em local visível, de identificação de sua adesão ao sistema ofertado pela Contratada.

6.19. A Contratada deve zelar para que os estabelecimentos por ela credenciados disponham de pessoal qualificado e estrutura (instalações, equipamentos, ferramentas) para a prestação dos serviços e/ou fornecimento de peças, conforme suas respectivas áreas de atuação.

6.20. Em caso de descredenciamento de estabelecimento, a Contratada deverá providenciar credenciamento de outro, do mesmo segmento de atuação, de modo a manter a rede credenciada na cláusula 6.15 acima.

6.20.1. O credenciamento do novo estabelecimento deve ser feito em, no máximo, 15 dias úteis, posteriores ao descredenciamento do estabelecimento anterior.

6.21. A contratada deve zelar pelo constante aperfeiçoamento de sua rede de estabelecimentos credenciados, seja em ampliação de quantitativo, como na diversificação, de modo a oferecer ao contratante a maior gama de peças e serviços possível.

Do sistema de autorização de transações (pagamento) na rede credenciada

6.22. As despesas realizadas pelo TRE/MS junto à rede credenciada da Contratada serão autorizadas (pagas) por intermédio de sistema eletrônico, tornado disponível pela Contratada.

6.22.1. Para fins desta contratação considera-se autorização de transação (pagamento) como o procedimento a ser realizado por usuária (o) do TRE/MS junto à Contratada, responsável pela realização do serviço ou pelo fornecimento da peça, por intermédio do qual se atesta que o serviço foi realizado ou a peça foi fornecida e que o valor correspondente, sem prejuízo do exercício da garantia do serviço ou da peça.

6.22.2. O meio eletrônico de autorização de transação (pagamento):

a) deve possibilitar a identificação do veículo em que o serviço foi realizado ou para o qual a peça foi fornecida;

b) deve possibilitar a identificação da (o) usuária (o) do TRE/MS responsável pelo atesto da execução do serviço ou do fornecimento da peça, com uso de senha.

6.23. Caso o sistema adotado pela Contratada utilize cartão físico para autorização de transação (pagamento), a Contratada emitirá, gratuitamente e sem qualquer custo, um cartão para cada veículo do TRE/MS a ser atendido por esta contratação, de uso exclusivo, do qual constará a identificação do veículo a que se destina.

6.23.1. Além do quantitativo de cartões destinados aos veículos que ora compõem a frota deste Tribunal, a Contratada deverá disponibilizar, também, 5 (cinco) "coringas", desvinculados de qualquer veículo, como cartões reservas para uso em situações excepcionais, como, por exemplo, extravio do cartão do veículo ou demanda de veículo a serviço do TRE/MS (cedido por órgão público, locado, etc.).

6.23.2. Os casos de extravio, furto ou roubo de cartão serão informados à Contratada, para as providências pertinentes, em especial, o cancelamento / bloqueio do cartão e emissão de novo cartão.

6.23.2.1. A informação prevista na cláusula 6.23.2 poderá ser realizada via central de atendimento e/ou sistema de gerenciamento disponibilizada (o) pela Contratada.

6.23.3. Na ocorrência dos casos indicados na cláusula 6.23.2 ou de danos a cartão, a Contratada deverá fornecer novo cartão, mediante requisição do TRE/MS.

6.23.4. A substituição/reposição de cartão prevista na cláusula 6.23.3 será feita sem ônus adicional ao Contratante, estando limitada a um evento por cartão a cada veículo.

6.23.5. No caso de reincidência de necessidade de substituição/reposição de cartão a Contratada poderá realizar cobrança para a emissão de novo cartão, limite de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por cartão emitido.

6.23.5.1. O valor efetivamente praticado pela Contratada deverá ser comunicado ao Contratante em até 10 (dez) dias úteis posteriores à assinatura do contrato e atualizações desse valor.

6.23.5.2. A cobrança prevista na cláusula 6.23.5 não se aplicará aos casos em que o dano ao cartão decorra de motivo atribuível à Contratada ou a estabelecimento credenciado.

6.23.6. Os cartões danificados ou cancelados serão devolvidos pelo TRE/MS à Contratada, caso esta o requeira.

6.23.7. O novo cartão deverá ser entregue ao Contratante no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação de reemissão.

6.24. O sistema da Contratada deverá:

a) permitir a fixação pelo TRE/MS de limite de crédito para cada veículo, com possibilidade de alteração pelo próprio TRE/MS, de acordo com sua conveniência;

b) permitir, também, a definição pelo TRE/MS dos serviços e peças autorizados a serem adquiridos e empregados, individualmente, por veículo;

c) tornar disponíveis dados relativos ao veículo contemplado, para fins de identificação e/ou controle de uso;

d) efetuar a autorização da despesa mediante senha exclusiva da (o) usuária (o);

e) emitir comprovante da transação realizada do qual constem, no mínimo, as seguintes informações:

e.1) nome do estabelecimento credenciado;

e.2) identificação do veículo;

e.3) hodômetro do veículo no momento da entrada do veículo no estabelecimento credenciado (para os casos de serviços);

e.4) data e hora da(s) transação(ões);

e.5) código de identificação da (o) usuária (o) responsável pela retirada do veículo ou pela aquisição da peça;

- e.6) descrição da peça e/ou serviço;
- e.7) quantidade da peça e/ou serviço;
- e.8) valor unitário da peça e/ou serviço;
- e.9) valor total da transação;

f) permitir a consolidação dos dados relativos às aquisições de serviços e/ou peças, com vistas à emissão de relatórios de controle gerencial da frota de veículos e

6.24.1. Os dados constantes das alíneas e.6, e.7 e e.8 da cláusula 6.24 poderão ser apresentados, alternativamente, por meio de relatório detalhado elaborado pelo encaminhado ao TRE/MS.

- 6.25. A operacionalização do uso do sistema de autorização de transação (pagamento) obedecerá, basicamente, ao que segue:
- a) a (o) usuária (o) deverá comparecer ao estabelecimento credenciado onde, através de equipamento tornado disponível pela Contratada, será efetuada a identificação do veículo e a conferência e/ou o lançamento dos demais dados necessários à transação;
 - b) após, a (o) usuária (o) digitará a senha, pessoal e exclusiva, para autorizar a transação;
 - c) concluída a transação, o sistema emitirá o respectivo comprovante, que conterá todas as informações referentes à aquisição de peças e/ou serviços realizada, (ao) usuária (o);
 - d) a (o) usuária (o) deverá encaminhar o referido comprovante impresso à unidade responsável pela fiscalização da presente contratação, de acordo com repassada;

6.26. Em caso de impossibilidade do uso do sistema eletrônico de autorização de transação (pagamento), a Contratada deverá dispor de procedimento contingencial modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços.

6.26.1. O procedimento contingencial deverá garantir a segurança da transação e o registro dos dados e das informações de forma semelhante ao procedimento p

6.27. Caberá à (ao) usuária (o) do TRE/MS zelar para que os dados digitados no momento da transação no estabelecimento credenciado sejam corretos.

6.27.1. Em caso de ocorrência de erros e/ou distorções no registro das transações, a Contratada deverá tornar disponíveis relatórios de erros, que permitam a tempo hábil de correção.

7. JUSTIFICATIVA PARA O AGRUPAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Não se adota o parcelamento da solução uma vez que os produtos e os serviços previstos a serem adquiridos fazem parte do portfólio comumente ofertado pelas empresas administradoras de sistemas de gerenciamento de frota.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

A contratação na forma proposta, em contraponto a contratações individualizadas, como já mencionado acima, reduz a carga de trabalho relacionada com a efetivação das contratações e com o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, possibilitando que os servidores envolvidos nesses processos possam aplicar o tempo disponível na consecução de outras tarefas.

Além disso, tem-se a expectativa de que a disponibilidade de rede credenciada para aquisição de serviços e produtos possibilite maior agilidade e celeridade no atendimento das necessidades da frota de veículos, e que as informações disponíveis no sistema de gerenciamento contribuam para o aperfeiçoamento da gestão da frota de veículos do TRE/MS.

Menor tempo de parada de veículos para manutenção e consequente maior disponibilidade para uso.

9. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

Dado o formato proposto para a contratação, não há a precificação prévia de serviços e peças de forma individualizada, adotando-se, para fins de estimativa de despesas com a contratação valores correspondentes ao volume de gastos previsto a ser realizado. À medida em que são necessários serviços e peças, é feita pesquisa de preços junto à rede credenciada da empresa contratada, e, via de regra, seleciona-se o fornecedor que ofertar o menor preço.

À parte dos valores de serviços e peças adquiridas pelo Tribunal, o formato de contratação proposto admite que a empresa contratada seja remunerada pela disponibilidade de sua rede credenciada e dos sistemas de pagamentos e gestão.

Essa remuneração é expressa por intermédio da taxa de administração, a ser indicada pela empresa contratada em termos percentuais, que é aplicada sobre o montante de gastos realizado em determinado período.

Para fixação da taxa de administração a ser admitida na contratação a ser realizada, tomaram-se como referenciais as contratações realizadas por outros órgãos locais, conforme indicado no quadro abaixo.

Órgão		IN CRA - Superintendência Estadual - MS	Justiça Federal - Seção Judiciária de MS	TRT - 24ª Região (MS)	Tribunal de Justiça/MS
Contratação		Pregão 90004/2025	Contrato 25/2024	Contrato 02/2024	Contrato 01.003/2023
Valor estimado		R\$ 168.131,47	R\$ 168.000,00	R\$ 162.000,00	R\$ 690.000,00
Taxa de administração	Serviços	-15,33%	-5,81%	-10,00%	-7,50%
	Peças	-15,33%	-5,81%	-10,00%	-7,50%

Cabe salientar que a contratação vigente no âmbito deste Tribunal prevê taxa de administração negativa de 25,03%.

Em vista dos valores referenciais das contratações de outros órgãos públicos, **propõe-se que a taxa de administração admitida na futura contratação seja negativa (desconto)**, fixando-se como percentual mínimo o valor da contratação da Justiça Federal indicada no quadro acima, qual seja: **-5,81%**, aplicado aos montantes de serviços e peças.

Desse modo, a futura contratação terá como valor total estimado a ser gasto, durante a vigência da contratação, com a aquisição de serviços e peças para a manutenção da frota do TRE/MS e com a taxa de administração fixada, o montante de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), conforme detalhamento constante no quadro abaixo.

Item	Valor estimado a ser despendido (R\$)
Serviços	80.000,00
Materiais (peças, componentes e acessórios)	240.000,00
Taxa de Administração máxima admitida = -5,81%	0,00 ¹
TOTAL GERAL PREVISTO	320.000,00

O valor do desconto ofertado pela empresa a ser contratada não será abatido do montante previsto a ser despendido durante a vigência contratual, que corresponde ao valor a ser gasto efetivamente pelo TRE/MS.

10. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não se vislumbra necessidade de providências para adequação do ambiente do Tribunal, porquanto os serviços que se pretende contratar estejam nos mesmos moldes ora vigentes.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Acerca dos serviços de pequena monta, há alguns deles, a exemplo da troca de óleo e de alinhamento e balanceamento de pneus, que podem vir a ser executados, tanto a contratação de abastecimento de veículos, quando sua realização se der em momento distinto do das manutenções preventivas ou corretivas, ou quando, por não haver a localidade, esses serviços venham a ser realizados em postos de combustíveis.

Também os serviços de lavagem automotiva poderão ser realizados dentro do escopo da contratação ora proposta, ou na de abastecimento de veículos, quando combustíveis.

No entender da unidade demandante essa situação não consiste em sobreposição de contratações (dois contratos para o mesmo objeto), posto que o que se pretende é possibilitar a realização desse tipo de serviço em empresas especializadas e/ou conjuntamente a outros compreendidos em ações de manutenção preventiva e corretiva.

Por outro lado, tais serviços poderão vir a ser executados dentro do escopo da contratação de abastecimento veicular quando executados de forma isolada e buscando a economia na execução.

12. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES *(Item Obrigatório - vide Portaria DG n. 130 - SEI 1452785)*

A Nota Fiscal / Fatura e demais documentos pertinentes à contratação deverão ser emitidos, preferencialmente, em meio eletrônico, de modo a evitar o dispêndio de papel e insumos de impressão.

Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – política nacional de resíduos sólidos e Resolução Conama nº 362, de 23/06/2005, a rede credenciada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens.

13. OBRIGATORIEDADE DE EXIGÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE EGRESSOS

Não se aplica, haja vista não se tratar de contratação de serviços com cessão exclusiva de mão de obra.

14. PARIDADE DE GÊNERO

Não aplicável. Não se trata de contratação de serviços terceirizados com alocação de mão de obra.

15. TÓPICOS PARA ORIENTAR O TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO BÁSICO OU CONTRATO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições e os procedimentos que regerão a **contratação de empresa especializada em administração da manutenção dos veículos pertencentes à frota do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, compreendendo a prestação de serviços de mecânica e elétrica, denominados apenas de serviços, e o fornecimento de peças automotivas, componentes e acessórios, doravante denominados como peças, por demanda, recredenciados, com disponibilidade de sistema eletrônico de gerenciamento e com autorização de transações por meio eletrônico.**

1.2. Para fins de lançamento da proposta no comprasnet, deverão ser observados os valores estimados a serem despendidos pelo TRE/MS e as taxas de administração.

Valores estimados das despesas

Item	Subitem	Descrição	Valor estimado a ser despendido
1	1.1	Serviços	R\$ 80.000,00
	1.2	Peças	R\$ 240.000,00

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 320.000,00
CATSER	3565
Intervalo mínimo entre os lances	R\$ 100,00

Taxas de administração mínimas aceitas (desconto)

Item	Subitem	Descrição	Taxas de administração mínimas aceitas (desconto)
1	1.1	Serviços	-5,81%
	1.2	Peças	-5,81%

1.2.1. Será admitida a oferta de percentuais de taxa de administração distintos para serviços e peças, devendo ser respeitados em ambos os casos os limites mínimos.

1.3. O valor a ser lançado no Comprasnet é referente ao valor total da contratação para o período de 12 meses (R\$ 320.000,00).

1.3.1. O percentual de desconto ofertado será aplicado sobre o montante das despesas com aquisição de serviços e peças.

1.3.1.1. A título de exemplo, consideremos que uma licitante pretenda ofertar taxa de administração de -6% (desconto de 6% sobre as despesas realizadas de R\$ 300.800,00, correspondente ao valor total previsto da contratação (R\$ 320.000,00) decrescido de R\$ 19.200,00 (6% do valor total previsto da contratação).

1.3.2. Para fins de lançamento da contratação no Comprasnet será adotada taxa de administração igual a zero (0%), sendo que somente serão consideradas aquelas que contemplem a taxa de administração mínima aceita.

1.3.2.1. Exemplificando: a empresa A oferece proposta de R\$ 300.800,00, ou seja, com taxa de administração de -6%; a empresa B oferece proposta de R\$ 300.800,00, com taxa de administração de 0%.

1.3.2.2. Caso todas as propostas contemplem taxa de administração superior ao mínimo exigido, a (o) Pregoeira (o) poderá abrir negociação, segundo as regras estabelecidas, a licitação será considerada fracassada.

1.3.3. O valor estimado a ser despendido é meramente referencial, para fins de fixação do montante da contratação, não consistindo em compromisso de aquisição.

1.3.4. O TRE/MS adquirirá tão somente os serviços e as peças que venham a ser necessárias durante a vigência contratual.

1.3.5. Por se tratar de contratação com valores estimados, o saldo contratual, porventura existente no final da vigência, ficará automaticamente decrescido do valor de 125 e 126, todos da Lei 14.133/2021, estando o contratante autorizado a efetivar a devida correção no saldo de empenho.

1.3.6. Para fins de informação às empresas interessadas, o quadro abaixo traz os valores despendidos pelo TRE/MS com aquisição de serviços e peças do contrato nº 001/2021 e Assessoria Empresarial Ltda. – EPP; vigência: 25/06/2021 a 24/06/2026; taxa de administração contratada: -25,03%.

	1ª vigência		2ª vigência		3ª vigência		4ª vigência		5ª
	2021	2022	2022	2023	2023	2024	2024	2025	2025
SERVIÇOS	R\$ 9.756,43	R\$ 18.376,44	R\$ 28.833,33	R\$ 27.552,24	R\$ 12.688,49	R\$ 38.524,93	R\$ 57.987,11	R\$ 19.434,49	R\$ 44.270,00
PEÇAS	R\$ 21.753,02	R\$ 60.795,46	R\$ 77.500,00	R\$ 75.185,15	R\$ 28.224,46	R\$ 129.653,56	R\$ 135.075,95	R\$ 43.362,13	R\$ 134.584,00
TOTAL	R\$ 31.509,45	R\$ 79.171,90	R\$ 106.333,33	R\$ 102.737,39	R\$ 40.912,95	R\$ 168.178,49	R\$ 193.063,06	R\$ 62.796,62	R\$ 178.854,00
Total por vigência		R\$ 110.681,35		R\$ 209.070,72		R\$ 209.091,44		R\$ 255.859,68	
Total por ano			R\$ 185.505,23		R\$ 143.650,34		R\$ 361.241,55		R\$ 241.652,00

Nota: 1 - média anual calculada com a seguinte fórmula = Total / 4,75, onde 4,75 corresponde a 4 anos de vigência completa da contratação e a fração 0,75 equivale a 9 meses (270 dias).

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Portaria TRE/MS nº 131/2023.

1.5. O objeto desta contratação é caracterizado como comum.

1.6. O objeto desta contratação se caracteriza como serviço continuado, posto que consista em demanda de caráter permanente do TRE/MS.

1.7. O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, contado da data da última assinatura eletrônica do contrato.

1.7.1. A vigência contratual poderá ser prorrogada na forma da Lei.

1.7.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8. Em caso de divergência entre a descrição do objeto indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da presente contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 66/2026 (Anexo I-A).

2.2. A contratação se justifica pela necessidade de manutenção e conservação dos veículos pertencentes à frota do TRE/MS, objetivando seu adequado funcionamento e a prestação dos serviços de transporte nos quais são empregados e garantir a segurança de pessoas e bens transportados.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. A solução adotada para o atendimento da necessidade administrativa é a contratação de empresa especializada em administração e gerenciamento de frota pertencentes à frota do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, compreendendo a prestação de serviços de mecânica e correlatos e de lavagem, manutenção e o fornecimento de peças automotivas, componentes e acessórios, doravante denominados como peças, por demanda, realizados por intermédio de sistema eletrônico de gerenciamento e com autorização de transações por meio eletrônico.

3.1.1. A relação dos veículos oficiais do TRE/MS que serão, inicialmente, atendidos pela presente contratação consta do Anexo I-B deste instrumento.

3.1.2. Durante a vigência da contratação, o TRE/MS poderá incluir ou excluir veículo de sua frota, sem que isso consista em modificação das condições de execução.

- 3.2. O objeto da presente contratação consiste, basicamente, na prestação de serviços de administração e gerenciamento da frota veicular do TRE/MS, compreendendo
- a) disponibilidade de sistema de administração e gerenciamento que possibilite a realização de todo o processo de solicitação, obtenção e aprovação de estabelecimentos credenciados da contratada, bem como o controle gerencial da frota veicular do TRE/MS;
 - b) disponibilidade de rede de estabelecimentos credenciados para fornecimento de serviços e peças, necessários à manutenção e ao adequado funcionamento dos
 - c) disponibilidade de sistema de autorização de transação (pagamento) dos serviços e peças junto à rede de estabelecimentos credenciados, mediante meio eletrônico;
 - d) disponibilidade de ferramenta (s) / sistema (s) (exemplos: Audatex, Cília), que possibilite (m) à Fiscalização a realização de consulta a tabela (s) de preços referente à execução de mão de obra, com vistas à avaliação de orçamentos gerados por estabelecimentos credenciados à Contratada;
 - e) outros serviços correlatos previstos neste Termo de Referência e na Minuta de Contrato (Anexo II), ou ainda inerentes e necessários à perfeita execução do objeto.

Sistema de administração e gerenciamento

3.3. Para execução dos serviços objeto desta contratação, a contratada deverá dispor de sistema informatizado, acessível ao Contratante via internet, que possibilite a aprovação de orçamentos de serviços e peças junto à rede de estabelecimentos credenciados da Contratada.

3.4. O sistema oferecido pela Contratada deve possibilitar, conforme o caso:

- a) cadastramento dos dados dos veículos pertencentes ao Contratante, com possibilidade de inclusão de novo veículo e de inativação de veículo retirado da frota;
- b) cadastramento de operadoras (es) do Contratante, que serão responsáveis pela operação do sistema (solicitação e aprovação de orçamentos, etc.);
- c) cadastramento de usuáries (os) do Contratante, que serão responsáveis pelo encaminhamento e/ou retirada do veículo e pelo pagamento dos serviços ou peças disponibilizado requerer esse procedimento);
- d) solicitação pelo Contratante de orçamento de serviços e peças aos estabelecimentos credenciados;
- e) o orçamento apresentado por estabelecimento credenciado deve trazer a descrição detalhada dos serviços e das peças necessários à manutenção do veículo, sendo:
 - e.1) o orçamento deve dispor de campo para que o estabelecimento credenciado possa relatar os problemas identificados e as soluções propostas;
 - e.2) caso o sistema não possibilite a inclusão do relatório previsto na alínea 'e.1' acima, o estabelecimento credenciado deverá encaminhá-lo à operadora / eletrônico;
- f) replicação de pedido de orçamento a outros estabelecimentos credenciados, a partir de orçamento inicial obtido pelo Contratante;
- g) negociação de preços entre a operadora / o operador do Contratante e o estabelecimento credenciado, mantendo registro dos orçamentos inicial e final;
- h) aprovação do orçamento pela (o) operadora / operador do Contratante e o consequente encaminhamento de autorização de execução / fornecimento ao estabelecimento;
- i) comunicação pelo estabelecimento credenciado da conclusão da execução do serviço e/ou do fornecimento da peça;
- j) atesto pelo Contratante da execução do serviço e/ou do fornecimento da peça, com vistas ao posterior faturamento pelo estabelecimento credenciado;
- k) outras ações necessárias à perfeita consecução do processo de manutenção veicular;

3.5. Além do disposto nas cláusulas 3.3 e 3.4 acima, o sistema oferecido pela contratada deve possibilitar a consolidação das informações relativas às transações e frota de veículos do TRE/MS.

3.6. O sistema deverá tornar disponível, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir do início da implantação dos serviços de administração e gerenciar

- a) relação dos veículos da frota do TRE/MS, indicando a marca, modelo, ano de fabricação/modelo e tipo de motorização;
- b) histórico das operações realizadas pela frota, contendo: data, hora, identificação do estabelecimento, identificação da (o) usuária (o), peça e/ou serviço adquirido, operação e saldo;
- c) análise e histórico das operações realizadas por usuária (o) previamente autorizada (o) pelo TRE/MS;
- d) histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
- e) preço pago pelas peças e pelos serviços adquiridos para a frota;
- f) descritivo dos limites de créditos distribuído aos veículos da frota ou grupo de veículos previamente estabelecidos na implantação;
- g) volume de gastos realizados por tipo de peça ou serviço;
- h) volume de gastos em determinado período, com detalhamento de peças e serviços adquiridos, para fins de conferência da Nota Fiscal/Fatura;

3.7. O sistema deverá possibilitar a consolidação de dados, permitindo o acesso aos mesmos e a geração/emissão de relatórios.

3.7.1. O sistema deve possibilitar a geração de relatórios periódicos, com, ao menos, as opções de relatórios mensais e anuais.

3.8. O sistema deverá possuir mecanismo de controle de acesso, com possibilidade de definição de níveis de acesso às operadoras / aos operadores, sendo no mínimo de informações e ações a serem permitidas a cada operadora / operador.

3.9. O TRE/MS repassará à contratada, para fins de alimentação do sistema, os dados relativos:

- a) aos veículos que serão atendidos com a presente contratação, tais como: placa, chassi, marca, modelo, versão, motorização, tipo de combustível, local de lotação;
- b) às usuáries / aos usuários autorizadas (os), tais como: nome, matrícula e/ou CPF e local de lotação (quando necessário para fins de encaminhamento e retirada).

3.10. O TRE/MS manterá atualizados, junto à contratada, os dados mencionados na cláusula 3.9 acima, visando a perfeita execução contratual.

3.11. Com o objetivo de viabilizar a avaliação pela Fiscalização dos orçamentos de serviços e peças, a Contratada deverá disponibilizar, sem nenhum custo adicional (exemplos: Audatex, Cília), que possibilite (m) à Fiscalização a realização de consulta a tabela (s) de preços referenciais de cada peça demandada e aos tempos padrão.

3.11.1. A ferramenta / sistema de consulta de preços de peças deverá ser composto por módulos de orçamentos e de consulta rápida de preços de peças que compõem o TRE/MS.

3.11.2. A ferramenta / sistema deve ter mecanismos simples de busca e consulta, de modo que possam ser realizadas por usuáries (os) que não detenham conhecimento técnico.

Rede de estabelecimentos credenciados

3.12. Para fins de atendimento da demanda por serviços e peças destinados à manutenção da frota veicular do TRE/MS, a Contratada deverá dispor de rede de estabelecimentos credenciados para fornecimento de peças automotivas, componentes e acessórios e para a execução de serviços de mecânica geral e de lavagem de veículos.

3.13. Os serviços e peças previstos a serem adquiridos pelo TRE/MS contemplam:

- a) manutenção mecânica preventiva e corretiva;
- b) manutenção de garantia de fábrica;
 - b.1) os veículos do TRE/MS que, atualmente (abril/2026) estão sob garantia do fabricante são: 4 (quatro) Toyota Corolla Cross XRX HEV (híbridos) e 2 (dois) veículos de outros modelos;
 - b.2) durante a vigência contratual, ocorrendo a aquisição de novo veículo, o TRE/MS comunicará à Contratada para fins de credenciamento da concessão de manutenção de garantia de fábrica;
- c) manutenção de veículos sinistrados;

- d) manutenção elétrica;
- e) serviços de lanternagem e funilaria;
- f) serviços de pintura;
- g) serviços de estofagem;
- h) serviços de alinhamento de direção e suspensão (cáster, cambagem, convergência e divergência), desempenho de rodas, balanceamento, simples e computadori;
- i) serviços de chaveiro automotivo, incluindo fornecimento de chaves, decodificação e cartões de ignição automotiva;
- j) serviços de manutenção de condicionador de ar automotivo;
- k) fornecimento de peça automotiva necessária ao adequado funcionamento do veículo;
- l) fornecimento de componente e/ou acessório automotivo;
- m) fornecimento de placas de identificação veicular;
- n) serviços de lavagem, aspiração, lubrificação, polimento e cristalização;
- o) serviços, materiais e peças de borracharia em geral, incluindo o fornecimento de pneus;
- p) serviços de vidraçaria em geral, incluindo colocação e retirada de películas de controle solar;
- q) outro serviço, material, peça, acessório ou componente que, embora não explicitamente especificado neste instrumento, seja necessário ao adequado funcionari

3.14. Os serviços e peças descritos na cláusula 3.13 acima compreendem o conjunto que o TRE/MS pretende ter a sua disposição durante a vigência da cont Contratante e disponibilidade na rede credenciada da Contratada, observados os parâmetros mínimos fixados na cláusula 3.15 abaixo.

3.14.1. As peças adquiridas serão, prioritariamente, originais, assim entendidas:

- a) as produzidas e/ou embaladas e com controle de qualidade do fabricante ou montadora do veículo e constantes de seu catálogo ("genuínas"); ou,
- b) as produzidas e/ou embaladas por fabricante fornecedor da montadora dos veículos, observados os mesmos padrões e níveis de qualidade por esta ex catálogo;

3.14.2. Mediante solicitação ou autorização formal da Fiscalização do TRE/MS, poderão ser adquiridas:

- a) peças de outros fabricantes, cujo produto atenda aos níveis de qualidade e aplicabilidade recomendados ou indicados pelo fabricante ou montadora do v
- b) peças reconcondicionadas, desde que não haja comprometimento da segurança do veículo, e apenas em razão de falta da peça no mercado ou da inviabilida

3.15. A rede credenciada da Contratada deverá ser composta, no mínimo, pelos quantitativos de estabelecimentos indicados no quadro abaixo, conforme a localidade e

Localidade	Quantitativo mínimo de estabelecimentos credenciados por segmento									
	Mecânica Geral - veículos leves - motorização a etanol e/ou gasolina	Mecânica Geral - veículos leves (caminhonetes, furgões, etc.) e pesados (caminhões) - motorização a diesel	Auto-elétrica	Lanternagem e funilaria	Pintura	Condicionador de ar automotivo	Alinhamento e balanceamento, borracharia em geral, fornecimento de pneus	Fornecimento de peças	Lavagem e serviços assemelhados	Fornecimento de placas de identificação veicular
Campo Grande	4	4	3	3	3	3	3	3	3	1
Dourados	2	1	1	1	1	1	1	1	1	
Três Lagoas	2	1	1	1	1	1	1	1	1	
Corumbá	2	1	1	1	1	1	1	1	1	
Ponta Porã	2	1	1	1	1	1	1	1	1	
Amambai	1		1			1	1	1	1	
Cassilândia	1		1			1	1	1	1	
Bataguassu	1		1			1	1	1	1	
Aquidauana	1		1			1	1	1	1	
Paranaíba	1		1			1	1	1	1	
Camapuã	1		1			1	1	1	1	
Miranda	1		1			1	1	1	1	
Maracaju	1		1			1	1	1	1	
Rio Verde de Mato Grosso	1		1			1	1	1	1	
Jardim	1		1			1	1	1	1	
Água Clara	1		1			1	1	1	1	
Aparecida do Taboado	1		1			1	1	1	1	
Eldorado	1		1			1	1	1	1	
Ivinhema	1		1			1	1	1	1	

Caarapó	1		1		1	1	1	1	
Ribas do Rio Pardo	1		1		1	1	1	1	
Costa Rica	1		1		1	1	1	1	
Deodápolis	1		1		1	1	1	1	
São Gabriel do Oeste	1		1		1	1	1	1	
Anastácio	1		1		1	1	1	1	

3.15.1. As localidades indicadas no quadro acima são aquelas em que estão alocados veículos oficiais do TRE/MS.

3.15.1.1. Faculta-se ao TRE/MS o remanejamento de veículos entre localidades ou a inclusão de nova localidade, ficando a Contratada responsável por demandas do Contratante, no prazo fixado na cláusula 3.20.1 abaixo.

3.15.2. Um mesmo estabelecimento pode atender diferentes segmentos indicados no quadro acima, desde que esteja credenciado perante a Contratada em cada u

3.15.3. Um segmento indicado no quadro acima poderá ser atendido por estabelecimentos diversos, de acordo com suas especialidades.

3.15.4. A listagem de estabelecimentos credenciados ao sistema da Contratada deverá informar, de forma clara e objetiva, o (s) segmento (s) de atuação de cada e

3.16. A comprovação da abrangência da rede credenciada deverá ser feita pela Contratada perante a Fiscalização, mediante apresentação de relação de estabel seguintes, sob pena de rescisão contratual:

a) até o prazo limite para implantação do sistema previsto na cláusula 5.2: deverão estar credenciados, ao menos, um estabelecimento de cada categoria nos m Corumbá e Ponta Porã, de modo a viabilizar a imediata utilização dos serviços pelo TRE/MS, se necessário;

b) até 30 dias posteriores à assinatura do Termo de Contrato: deverão estar credenciados todos os estabelecimentos previstos na cláusula 3.15;

3.16.1. A relação de estabelecimentos credenciados deverá conter, pelo menos, o nome do estabelecimento, o endereço completo e o (s) ramo (s) de atividade (se

3.17. Os estabelecimentos credenciados à rede da Contratada deverão estar localizados, preferencialmente, dentro do perímetro urbano dos municípios em que estejam

3.17.1. Em caso de municípios conurbados (exemplo: Anastácio e Aquidauana), aceitar-se-á, para fins de abrangência da rede credenciada da Contratada, a ind municípios, isto é, uma oficina sediada em Aquidauana, por exemplo, poderá atender, simultaneamente, a Aquidauana e a Anastácio.

3.18. Os estabelecimentos credenciados à rede da Contratada deverão dispor, em sua sede e em local visível, de identificação de sua adesão ao sistema ofertado pela C

3.19. A Contratada deve zelar para que os estabelecimentos por ela credenciados disponham de pessoal qualificado e estrutura (instalações, equipamentos, ferrame fornecimento de peças, conforme suas respectivas áreas de atuação.

3.20. Em caso de descredenciamento de estabelecimento, a Contratada deverá providenciar credenciamento de outro, do mesmo segmento de atuação, de modo a man

3.20.1. O credenciamento do novo estabelecimento deve ser feito em, no máximo, 15 dias úteis, posteriores ao descredenciamento do estabelecimento anterior.

3.21. A contratada deve zelar pelo constante aperfeiçoamento de sua rede de estabelecimentos credenciados, seja em ampliação de quantitativo, como na diversific contratante a maior gama de peças e serviços possível.

Do sistema de autorização de transações (pagamento) na rede credenciada

3.22. As despesas realizadas pelo TRE/MS junto à rede credenciada da Contratada serão autorizadas (pagas) por intermédio de sistema eletrônico, tornado disponível

3.22.1. Para fins desta contratação considera-se autorização de transação (pagamento) como o procedimento a ser realizado por usuária (o) do TRE/MS ju realização do serviço ou pelo fornecimento da peça, por intermédio do qual se atesta que o serviço foi realizado ou a peça foi fornecida e que gera a obrigação d exercício da garantia do serviço ou da peça.

3.22.2. O meio eletrônico de autorização de transação (pagamento):

a) deve possibilitar a identificação do veículo em que o serviço foi realizado ou para o qual a peça foi fornecida;

b) deve possibilitar a identificação da (o) usuária (o) do TRE/MS responsável pelo atesto da execução do serviço ou do fornecimento da peça, com uso de

3.23. Caso o sistema adotado pela Contratada utilize cartão físico para autorização de transação (pagamento), a Contratada emitirá, gratuitamente e sem qualqu TRE/MS a ser atendido por esta contratação, de uso exclusivo, do qual constará a identificação do veículo a que se destina.

3.23.1. Além do quantitativo de cartões destinados aos veículos que ora compõem a frota deste Tribunal, a Contratada deverá disponibilizar, também, 5 (cinco) qualquer veículo, como cartões reservas para uso em situações excepcionais, como, por exemplo, extravio do cartão do veículo da frota, ou para atendimento de órgão público, locado, etc.).

3.23.2. Os casos de extravio, furto ou roubo de cartão serão informados à Contratada, para as providências pertinentes, em especial, o cancelamento / bloqueio d

3.23.2.1. A informação prevista na cláusula 3.23.2 poderá ser realizada via central de atendimento e/ou sistema de gerenciamento disponibilizada (o) pela C

3.23.3. Na ocorrência dos casos indicados na cláusula 3.23.2 ou de danos a cartão, a Contratada deverá fornecer novo cartão, mediante requisição do TRE/MS.

3.23.4. A substituição/reposição de cartão prevista na cláusula 3.23.3 será feita sem ônus adicional ao Contratante, estando limitada a um evento por cartão a cad

3.23.5. No caso de reincidência de necessidade de substituição/reposição de cartão a Contratada poderá realizar cobrança para a emissão de novo cartão, lin emitido.

3.23.5.1. O valor efetivamente praticado pela Contratada deverá ser comunicado ao Contratante em até 10 (dez) dias úteis posteriores à assinatura do contr

3.23.5.2. A cobrança prevista na cláusula 3.23.5 não se aplicará aos casos em que o dano ao cartão decorra de motivo atribuível à Contratada ou a estabele

3.23.6. Os cartões danificados ou cancelados serão devolvidos pelo TRE/MS à Contratada, caso esta o requeira.

3.23.7. O novo cartão deverá ser entregue ao Contratante no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação de reemissão.

3.24. O sistema da Contratada deverá:

a) permitir a fixação pelo TRE/MS de limite de crédito para cada veículo, com possibilidade de alteração pelo próprio TRE/MS, de acordo com sua conveniênci

b) permitir, também, a definição pelo TRE/MS dos serviços e peças autorizados a serem adquiridos e empregados, individualmente, por veículo;

c) tornar disponíveis dados relativos ao veículo contemplado, para fins de identificação e/ou controle de uso;

d) efetuar a autorização da despesa mediante senha exclusiva da (o) usuário (a);

e) emitir comprovante da transação realizada do qual constem, no mínimo, as seguintes informações:

e.1) nome do estabelecimento credenciado;

e.2) identificação do veículo;

e.3) hodômetro do veículo no momento da entrada do veículo no estabelecimento credenciado (para os casos de serviços);

- e.4) data e hora da(s) transação(ões);
 - e.5) código de identificação da (o) usuária (o) responsável pela retirada do veículo ou pela aquisição da peça;
 - e.6) descrição da peça e/ou serviço;
 - e.7) quantidade da peça e/ou serviço;
 - e.8) valor unitário da peça e/ou serviço;
 - e.9) valor total da transação;
- f) permitir a consolidação dos dados relativos às aquisições de serviços e/ou peças, com vistas à emissão de relatórios de controle gerencial da frota de veículos.
- 3.24.1. Os dados constantes das alíneas e.6, e.7 e e.8 da cláusula 3.24 poderão ser apresentados, alternativamente, por meio de relatório detalhado elaborado TRE/MS.
- 3.25. A operacionalização do uso do sistema de autorização de transação (pagamento) obedecerá, basicamente, ao que segue:
- a) a (o) usuária (o) deverá comparecer ao estabelecimento credenciado onde, através de equipamento tornado disponível pela Contratada, será efetuada a identificação e/ou o lançamento dos demais dados necessários à transação;
 - b) após, a (o) usuária (o) digitará a senha, pessoal e exclusiva, para autorizar a transação;
 - c) concluída a transação, o sistema emitirá o respectivo comprovante, que conterá todas as informações referentes à aquisição de peças e/ou serviços realizada, e
 - d) a (o) usuária (o) deverá encaminhar o referido comprovante impresso à unidade responsável pela fiscalização da presente contratação, de acordo com orientação.
- 3.26. Em caso de impossibilidade do uso do sistema eletrônico de autorização de transação (pagamento), a Contratada deverá dispor de procedimento contingencial para a continuidade da prestação dos serviços.
- 3.26.1. O procedimento contingencial deverá garantir a segurança da transação e o registro dos dados e das informações de forma semelhante ao procedimento padrão.
- 3.27. Caberá à (ao) usuária (o) do TRE/MS zelar para que os dados digitados no momento da transação no estabelecimento credenciado sejam corretos.
- 3.27.1. Em caso de ocorrência de erros e/ou distorções no registro das transações, a Contratada deverá tornar disponíveis relatórios de erros, que permitam a identificação e a correção.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A empresa deverá comprovar Regularidade perante a Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).
- 4.2. A empresa interessada em contratar com o TRE/MS deverá comprovar a sua capacidade técnica, mediante apresentação de comprovante / atestado de prestação de serviços semelhantes ou equivalentes.
- 4.2.1. Para fins da comprovação prevista na cláusula 4.2, considera-se "prestação de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta contratação" a execução de serviços de manutenção de frota veicular, destinados à manutenção de veículos, compreendendo a prestação de serviços de mecânica e o fornecimento de peças automotivas, mediante o uso do sistema eletrônico de autorização de transações (pagamento).

CONSÓRCIO

- 4.3. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, pois a realidade do mercado demonstra que existem várias empresas especializadas em prestar serviços de manutenção de frota veicular.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista o valor da contratação e sua complexidade.

SUBCONTRATAÇÃO

- 4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

- 4.5.1. Para fins desta contratação não se considera subcontratação a prestação de serviços ou o fornecimento de peças por intermédio de estabelecimentos credenciados.

SUSTENTABILIDADE

- 4.6. A Nota Fiscal / Fatura e demais documentos pertinentes à contratação deverão ser emitidos, preferencialmente, em meio eletrônico, de modo a evitar o dispêndio com papel.
- 4.7. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – política nacional de resíduos sólidos e Resolução Conama nº 362, de 23/06/2005, a rede credenciada deverá utilizar óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá ser realizada com observância das condições fixadas neste instrumento, especialmente as constantes no Anexo I.
- 5.2. A implantação dos serviços de administração e gerenciamento da frota veicular do TRE/MS deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir da assinatura do contrato.
- 5.3. A Contratada deverá comunicar à Fiscalização do TRE/MS a listagem de dados necessários para cadastramento de operadoras (es), usuárias (os) e veículos disponibilizado.
- 5.4. A Fiscalização encaminhará à Contratada os dados requisitados na cláusula 5.3 para fins de cadastramento inicial no sistema.
- 5.5. Durante a vigência da contratação, a Fiscalização encaminhará à Contratada os dados necessários à atualização das listagens de operadoras (es), usuárias (os) e veículos.
- 5.6. Caso o sistema da Contratada utilize cartões físicos para autorização de transações (pagamento) junto à rede de estabelecimentos credenciados, os cartões deverão ser devolvidos à Contratada, conforme indicado na cláusula 5.2.
- 5.6.1. Havendo atraso na entrega de cartões, a Contratada deverá disponibilizar procedimento alternativo que viabilize a aquisição de serviços e/ou peças, em caso de emergência.
- 5.7. A Fiscalização de contrato ficará responsável pela fixação de limites de despesas a serem atribuídos a cada veículo da frota do Tribunal, bem como pelas alterações necessárias.
- 5.7.1. O sistema de administração e gerenciamento da contratada deverá possibilitar que a Fiscalização realize as ações indicadas na cláusula 5.7 diretamente com a Contratada.
- 5.8. Havendo demanda por serviço ou peça, será observado o procedimento seguinte, conforme o caso:
- a) a (o) responsável pela unidade administrativa do TRE/MS em que o veículo estiver alocado comunicará a necessidade à Fiscalização de contrato (Núcleo de Trabalho);
 - b) a Fiscalização fará abertura de ordem de serviço (ou documento equivalente) no sistema e indicará o estabelecimento credenciado ao qual o veículo deverá ser encaminhado;
 - b.1) a abertura de ordem de serviço poderá ser realizada, também, pelo estabelecimento credenciado responsável pelo orçamento inicial;
 - c) a (o) usuária (o) do TRE/MS fará o encaminhamento do veículo ao estabelecimento credenciado indicado;
 - d) o estabelecimento credenciado fará o lançamento do orçamento inicial no sistema para apreciação pela Fiscalização;
 - d.1) o estabelecimento credenciado deverá apresentar, juntamente com seu orçamento inicial, relatório descritivo dos problemas identificados, das soluções adotadas e dos serviços realizados;
 - d.2) para fins de elaboração do orçamento, o estabelecimento credenciado deverá prever a aplicação de peças originais, na forma da cláusula 3.14.1;

d.2.1) não havendo disponibilidade de peça original, o estabelecimento deverá comunicar a Fiscalização do TRE/MS para análise da ocorrência entendido viável;

- e) a Fiscalização replicará o orçamento inicial a outros estabelecimentos credenciados para fins de cotejamento de preços;
- f) a Fiscalização analisará os orçamentos recebidos, tendo como base os preços e tempos de reparação referenciais constantes da ferramenta / sistema previst 3.2.d);
- g) a Fiscalização poderá negociar preços junto ao estabelecimento credenciado;
- h) a Fiscalização selecionará o estabelecimento que realizará o serviço ou o fornecimento;
 - h.1.) a seleção recairá, sempre que possível, no estabelecimento que ofertar o menor preço;
 - h.2) quando não ocorrer o disposto na alínea 'h.1' acima, a Fiscalização deverá justificar a seleção do fornecedor;
- i) o estabelecimento selecionado executará o serviço ou o fornecimento de peça;
- j) o estabelecimento executor comunicará a conclusão do serviço à Fiscalização, para fins de retirada do veículo;
- k) a (o) usuária (o) do TRE/MS comparecerá ao estabelecimento executor para fins de retirada do veículo;
- l) a (o) usuária (o) do TRE/MS fará a autorização da transação (pagamento), se for o caso;
- m) o estabelecimento emitirá a nota fiscal correspondente ao serviço e/ou à peça, para fins de exercício da garantia pela TRE/MS;
- n) será feito o registro no sistema da Contratada quanto à conclusão da prestação do serviço e/ou do fornecimento de peça, com vistas ao posterior faturamento p o) até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço e/ou do fornecimento da peça, a Contratada fará a emissão da Nota Fiscal contendo as desp Fiscalização do TRE/MS;
- p) a Fiscalização fará a conferência da Nota Fiscal e a encaminhará para pagamento, conforme condições previstas neste Termo de Referência;

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pela:

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente.

6.3. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativos à prestação dos serviços ficarão a cargo de servidora (s) / servidor (es) pertencente (s) ao quadro de Transportes da Coordenadoria de Serviços Gerais, a (s) / o (s) qual (is) será (ão) formalmente designada (s) / o (s) pela Administração.

6.3.1. O contato entre o TRE/MS e a Contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela (s) / o (s) fiscal (is) do contrato, ou pela (s) / o (s) respectiva (s) / o (s) substituta (s) / o (s) ([Lei](#)

- a) Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização, de acordo com o [nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#);
- c) Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));
- e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, a (o) fiscal comunicará o fato imediatamente à gestora / ao gestor, de acordo com o [nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));
- f) Comunicar à gestora / ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação, de acordo com o [nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#));
- g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#));
- h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#));
- i) manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior à que compete a fiscalização, de acordo com o [nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#));
- j) Formalizar processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, de acordo com o [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#));

6.5. Compete ainda à Fiscalização:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato pela Contratada;
- b) orientar às (aos) usuárias (os) do sistema quanto às condições de utilização e dirimir eventuais dúvidas que surgirem no curso da contratação;
- c) manter controle dos valores despendidos com a aquisição de peças e serviços para a frota veicular do TRE/MS, bem como dos saldos contratuais;
- d) atestar os documentos de despesas, para fins de pagamento;
- e) manter registro das ocorrências relacionadas à execução do contrato, para fins de acompanhamento do desempenho da Contratada;
- f) comunicar à Contratada as falhas detectadas;
- g) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela Contratada, que impliquem comprometimento da execução contratual e/ou aplicação de penalidades;
- h) exercer, em nome do TRE/MS, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas da contratação, sem que isto implique única e exclusivamente de competência da contratada;
- i) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

6.6. As atribuições e os procedimentos de fiscalização serão fixados na Portaria de designação da fiscalização e/ou em normativo interno.

6.7. As comunicações entre o TRE/MS e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica.

6.8. O TRE/MS poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os recebimentos provisório e definitivo dos serviços ficarão a cargo da Fiscalização do TRE/MS, conforme descrito a seguir.

7.2. O recebimento provisório dos serviços será efetuado pela (o) fiscal, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) atesto pela (o) usuária (o) responsável pela retirada de veículo após realização de serviços e/ou pela aquisição de peças na rede credenciada, certificando que o
- b) conferência dos dados constantes da Ordem de Serviço (ou instrumento similar) no sistema de gerenciamento da contratada e dos valores correspondentes aos
- c) conferência das notas fiscais emitidas pelos estabelecimentos credenciados, de modo a certificar a correspondência dos dados com a Ordem de Serviço, incluso
- 7.3. O recebimento definitivo será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação do documento fiscal pela Contratada, satisfeitas as condições abaixo
- a) conformidade do documento fiscal apresentado; e,
- b) fornecimento, em anexo à Nota Fiscal, do relatório previsto na cláusula 7.10.
- 7.4. Constatado que o serviço prestado atendeu ao exigido, será registrado o recebimento definitivo mediante atestado no corpo da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.
- 7.5. Verificada alguma falha na prestação do serviço, seja por ocasião do recebimento provisório ou do definitivo, será feito o registro formal e comunicado à Contratada.
- 7.6. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar serviço cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

Pagamento

- 7.7. O pagamento dos serviços será realizado mensalmente, compreendendo os valores dos serviços prestados e das peças fornecidas no mês imediatamente anterior.

Emissão do documento de cobrança

- 7.8. A Nota Fiscal/Fatura (ou documento fiscal equivalente) deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a discriminação dos serviços a que se
- a) às peças e aos serviços adquiridos pelo TRE/MS junto à rede credenciada, no período de referência da Nota Fiscal/Fatura; e,
- b) à taxa de administração ofertada;
- 7.9. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela Contratada e encaminhada à Fiscalização de contrato até o 5º dia útil do mês subsequente ao de referência.
- 7.9.1. O disposto na cláusula 7.9 poderá ser atendido com a disponibilidade da Nota Fiscal no sistema de gerenciamento da Contratada.
- 7.10. Tendo por finalidade possibilitar a conferência dos dados constantes da Nota Fiscal, a Contratada deverá disponibilizar ao TRE/MS, em meio impresso anexo, o documento contendo(m), no mínimo, as seguintes informações:
- a) identificação dos estabelecimentos credenciados em que foram realizadas transações no período, com Razão Social e n.º do CNPJ/MF;
- b) identificação dos serviços e peças, ou grupo de serviços e peças, adquiridos em cada estabelecimento; e,
- c) valor das transações realizadas em cada estabelecimento;
- 7.11. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a Contratada deverá informar no documento fiscal os valores da operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.
- 7.12. Ocorrendo erro no documento de cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo de reapresentação do mesmo.

Pagamento da nota fiscal

- 7.13. O pagamento será feito pelo Contratante em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária em conta bancária válida e ativa em nome da Contratada, uma vez regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista, e ocorrerá em até 12 (doze) dias úteis após a data de apresentação da nota fiscal/fatura à fiscalização.
- 7.14. O procedimento de pagamento observará as seguintes etapas:
- a) a Fiscalização fará a análise da Nota Fiscal/Fatura e das informações nela constantes, inclusive quanto aos valores, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da apresentação da nota fiscal/fatura à fiscalização;
- b) a Seção de Finanças efetuará o pagamento dos valores devidos à contratada, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal/fatura e
- 7.15. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de ausência de informação e/ou documento complementar, ou em que haja necessidade de correção e/ou complemento de qualquer outro motivo cuja responsabilidade seja atribuível à Contratada, passando a ser contado novamente somente após a efetiva regularização.
- 7.16. Serão retidas na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, as alíquotas dos seguintes impostos:
- a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES; Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a opção;
- b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido;
- 7.17. Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, pelo índice de atualização financeira, até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a seguinte fórmula:
- $$I = (TX1100)/365$$
- EM = I x N x VP, onde:
- I = índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento; e
- VP = Valor da parcela em atraso.

- 7.18. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e devem ser submetidos às providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO EXECUTOR DOS SERVIÇOS MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O executor dos serviços (contratada) será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO, em sua forma e tipo MENOR PREÇO GLOBAL.
- 8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.
- 8.3. A análise das propostas será realizada por servidora (s) / servidor (es) do TRE/MS, designada (s/o(s)) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados com os dados constantes neste Termo de Referência.
- 8.4. A empresa interessada em oferecer proposta de preços para o (s) serviço (s) previsto (s) neste Termo de Referência deverá efetuar o levantamento de todos os custos e encargos envolvidos e apresentá-los em proposta.

8.4.1. É de responsabilidade de cada empresa a metodologia empregada para o levantamento de custos e a formação de seus preços.

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria de Administração, **expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**
 - b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito para o licitante;
 - c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Constituição Federal, disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;
 - d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos para trabalho diurno, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema;
 - e) **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa executou ou está executando obras ou serviços compatíveis com o objeto desta contratação;
- e.1) Para fins da comprovação prevista na cláusula 8.5.e, considera-se "prestação de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta contratação" os serviços de gerenciamento da frota veicular, destinados à manutenção de veículos, compreendendo a prestação de serviços de mecânica e o fornecimento de peças, credenciada, com emprego de sistema eletrônico de autorização de transações (pagamento).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor da contratação corresponde aos montantes de despesas com aquisição de serviços e peças, previstas a serem realizadas durante a vigência do contrato:

Item	Subitem	Descrição	Valor estimado a ser despendido
1	1.1	Serviços	R\$ 80.000,00
	1.2	Peças	R\$ 240.000,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO			R\$ 320.000,00

9.2. A (s) taxa (s) de administração mínima (s) admitida (s) constam do quadro abaixo.

Item	Subitem	Descrição	Taxa de administração
1	1.1	Serviços	-5,81%
	1.2	Peças	-5,81%

9.3. Para fins de reserva orçamentária, a despesa total estimada com a presente contratação é de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;
- b) Fonte de Recursos: **a ser informada pela Seção de Orçamento;**
- c) Programa de Trabalho: **a ser informado pela Seção de Orçamento;**
- d) Elemento de Despesa: **a ser informado pela Seção de Orçamento;**
- e) Plano Interno: **a ser informado pela Seção de Orçamento.**

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções administrativas a que fica sujeita a empresa contratada em decorrência de falhas na execução da contratação estão disciplinadas no Termo de Contratação.

12. DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

12.1. São direitos e/ou deveres do Contratante:

- a) Manter atualizado junto à Contratada, o cadastro completo dos veículos, operadoras (es) e usuárias (os) autorizadas (os);
- b) Informar à Contratada o furto, roubo ou extravio de cartão destinado a veículo (quando o sistema utilizar cartão físico);
- c) Exigir da Contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações decorrentes desta contratação;
- d) Instruir às (aos) usuárias (os) do sistema sobre as condições desta contratação, bem como orientá-las (os) quanto a correta utilização, a fim de que sua finalidade seja atendida;
- e) Estabelecer, para cada veículo a ser atendido pela contratação, um limite de valor para realização de despesas, bem como alterar o limite fixado de acordo com a necessidade;
- f) Fornecer à Contratada os dados e/ou as informações necessárias à implantação e manutenção do sistema;
- g) Promover o cadastramento de servidoras (es) que terão acesso ao sistema (operadoras (es)), e fixar os respectivos perfis de acesso, bem como se responsabilizar pelo desligamento, férias ou troca do local de trabalho;
- h) Solicitar emissão, reemissão ou cancelamento de cartão (quando o sistema utilizar cartão físico);
- i) Receber, conferir e atestar as faturas/notas fiscais relativas ao objeto da contratação;
- j) Rejeitar, no todo ou em parte, peças e serviços em desacordo com o contrato;
- k) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na Minuta de Contrato (Anexo II);
- l) Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação;

- m) Aplicar penalidades à contratada por descumprimento contratual;
- n) Efetuar a liquidação antecipada de despesas de natureza continuada no mês de dezembro e que tenham vencimento no mês de janeiro do exercício posterior, pagar, conforme recomendação da AJDG no Parecer 1263 (SEI 0947977) e Decisão (SEI 0948049);

13. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. São obrigações e/ou direitos da contratada:

- a) Executar os serviços decorrentes desta contratação na forma e condições determinadas neste Termo de Referência, na Minuta do Contrato (Anexo II), no Edital e no Contrato;
- b) Realizar treinamento, tanto na fase de implantação, quanto na fase de operação, sobre o funcionamento e operacionalização dos serviços às (aos) usuárias (os) do TRE/MS;
- c) Disponibilizar ao TRE/MS sua rede de estabelecimentos credenciados, de acordo com as condições fixadas para esta contratação, adequando-a e mantendo-a em condições de funcionamento, desde que haja condições para tal, visando a melhoria da prestação de serviços ao TRE/MS;
- d) Atender às solicitações, esclarecimentos e determinações da Fiscalização, feitas por Ordens de Serviços, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;
- e) Fornecer todas as informações e elementos necessários à consecução das atividades da fiscalização, bem como à percepção pelo TRE/MS dos resultados esperados;
- f) Repassar pontualmente os valores correspondentes aos serviços prestados e/ou às peças fornecidas pelos seus estabelecimentos credenciados;
- g) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à execução do contrato, sendo de inteira responsabilidade da contratada a perfeita execução dos serviços;
- h) Providenciar a correção das deficiências apontadas por este TRE/MS quanto à execução contratual, especificamente quanto aos serviços sobre a responsabilidade da fiscalização;
- i) Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- j) A contratada fica, nos termos da Lei 14.133/2021, obrigada a aceitar os acréscimos de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários;
- k) Indicar funcionária (o) responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para atendimento ao TRE/MS;
- l) Receber os valores que lhe forem devidos pela execução contratual, na forma disposta neste Termo de Referência e na Minuta do Contrato (Anexo II);
- m) Dispor de Central de Atendimento, disponível 24 (vinte e quatro) horas, para atendimento das (os) operadoras (es) e usuárias (os) do TRE/MS;
- n) Responder civil e penalmente por quaisquer danos ocasionados à Administração e seu patrimônio e/ou a terceiros, em razão de ação ou de omissão da contratada;
- o) Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);
- p) Dar plena ciência do disposto na Resolução 176/2023, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoas físicas e jurídicas que participam de licitação e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS;
- q) Dar conhecimento, às funcionárias / aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS;
- r) Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.
- s) A Contratada ficará impedida de usar os dados em seu poder para uso diverso do estabelecido neste Termo de Referência, no edital do certame e no contrato, devendo mantê-los arquivados, após a extinção do contrato, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos;
- t) O estabelecimento credenciado à rede da Contratada deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente, os serviços ou produtos executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pela fiscalização do TRE-MS, decorrente de erro de fornecimento ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, no âmbito do TRE-MS, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia;

16. MAPA DE RISCOS

RISCO 01	
FASE DE ANÁLISE: Planejamento da contratação e seleção do fornecedor.	
RISCO 01: Licitação deserta ou fracassada	
Probabilidade:	(X)Baixa ()Média ()Alta
Impacto:	()Baixo ()Médio (X)Alto
Dano: Não contratação dos serviços	
Ação Preventiva:	Responsável:
Identificação prévia de possíveis fornecedores e envio do aviso de licitação	Demandante (Identificação) / ALC (Envio do aviso)
Ação de Contingência:	Responsável:
Repetição do Certame	ALC

RISCO 02		
FASE DE ANÁLISE: Planejamento da contratação e seleção do fornecedor.		
RISCO 02: Empresa vencedora se recusa a assinar o contrato		
Probabilidade:	(X)Baixa	()Média ()Alta
Impacto:	()Baixo	()Médio (X)Alto
Dano: Não contratação dos serviços		
Ação Preventiva:	Responsável:	
Não há		
Ação de Contingência:	Responsável:	
Contratação emergencial	ALC	

17. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Em face do exposto acima, conclui-se pela viabilidade da contratação.

18. INDICAÇÃO DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

O objeto é a contratação de empresa especializada em administração e gerenciamento de frota veicular, com vistas à manutenção dos veículos pertencentes à frota do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, compreendendo a prestação de serviços de mecânica e correlatos e de lavagem de veículos, doravante denominados apenas de serviços, e o fornecimento de peças automotivas, componentes e acessórios, doravante denominados como peças, por demanda, realizados por intermédio de rede de estabelecimentos credenciados, com disponibilidade de sistema eletrônico de gerenciamento e com autorização de transações por meio eletrônico.

Sendo assim, a presente contratação será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, pelo critério de menor preço, nos termos do inciso XLI, art 6º e art. 29 da Lei 14.133/2021

art. 6º [...]

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

[...]

art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. (grifo nosso)

O período de vigência desta contratação será de 12 meses, prorrogáveis na forma da Lei.

Notas:

1. Para a identificação da necessidade da contratação:

- Atentar que a justificativa da necessidade deve ser fornecida pela unidade requisitante da contratação;
- Pesquisar e justificar sobre a possibilidade de reutilização de bens ou de redimensionamento de serviços já existentes.

2. Referência aos instrumentos de planejamento do órgão ou entidade, se houver:

- Indicar se a contratação está alinhada aos planos instituídos pelo órgão ou entidade tais como Plano de Desenvolvimento Institucional ou Planejamento Estratégico, quando houver;
- Informar a política pública a que esteja vinculada ou a ser instituída pela contratação, quando couber.

3. Requisitos da contratação:

- Elencar os requisitos necessários ao atendimento da necessidade;
- No caso de serviços, definir e justificar se o serviço possui natureza continuada ou não;
- Incluir, se possível, critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada;
- Avaliar a duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada, que poderá, excepcionalmente, ser superior a 12 meses, e justificar a

decisão;

- e) Identificar a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;
- f) Elaborar quadro identificando as soluções de mercado (produtos, fornecedores, fabricantes etc.) que atendem aos requisitos especificados e, caso a quantidade de fornecedores seja considerada restrita, verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou flexibilização destes requisitos.

4. Estimativas das quantidades:

- a) Definir e documentar o método para a estimativa das quantidades a serem contratadas;
- b) Utilizar informações das contratações anteriores, se for o caso;
- c) Incluir nos autos as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte;
- d) Para os casos em que houver a necessidade de materiais específicos, cuja previsibilidade não se mostra possível antes da contratação, avaliar a inclusão de mecanismos para tratar essa questão.

5. Análise de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar:

- a) Considerar diferentes fontes, podendo ser analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;
- b) Em situações específicas ou nos casos de complexidade técnica do objeto, poderá ser realizada audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício;

6. Descrição da solução como um todo e principais características do serviço ou do material

- a) Descrever todos os elementos que devem ser produzidos/ contratados/executados para que a contratação produza resultados pretendidos pela Administração;

7. Justificativa para o parcelamento ou não da solução:

- a) O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.
- b) Definir e documentar o método para avaliar se o objeto é divisível, levando em consideração o mercado fornecedor, podendo ser parcelado caso a contratação nesses moldes assegure, concomitantemente:
- b.1) ser técnica e economicamente viável;
- b.2) que não haverá perda de escala; e
- b.3) que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade;

8. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:

- a) Declarar os benefícios diretos e indiretos que o órgão ou entidade almeja com a contratação, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos (por exemplo, diminuição do consumo do papel ou energia elétrica), bem como, se for o caso, de melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade.

9. Estimativas de preços ou preços referenciais:

- a) Definir e documentar o método para estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais, devendo seguir as diretrizes de normativo publicado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- b) Incluir nos autos as memórias de cálculo da estimativa de preços ou dos preços referenciais e os documentos que lhe dão suporte;

10. Providências para a adequação do ambiente do órgão:

- a) Elaborar cronograma com todas as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores;
- b) Considerar a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado;
- c) Juntar o cronograma ao processo e incluir, no Mapa de Riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo.

11. Contratações correlatas ou interdependentes:

- a) Indicar quais contratos/fornecimentos realizados pelo TRE/MS que possuem correlação ou dependem da execução do objeto do presente estudo preliminar.

12. Aspectos de sustentabilidade nas contratações:

- a) Indicar características ou especificações da solução a ser contratada, que porventura atendam ou representem aspectos de sustentabilidades, seguindo as determinações da Portaria DG n. 130/2023 (SEI 1452785);
- b) Podem ser indicados até fatores ou critérios que, embora não constem da especificação do objeto, fizeram parte das análises e estudos que concluíram pela definição dos objetos a serem contratados.

13. Obrigatoriedade de exigência de contratação de egressos:

- a) Verificar a viabilidade conforme o disposto no art. 5º, do Decreto Federal nº 9.450/2018 e Parecer da AJDG 1270 (1110313).

14. Tópicos para orientar o termo de referência, projeto básico ou contrato:

- a) Indicar principais características do serviço ou do fornecimento do material que deverão ter destaque em Projeto Básico, Termo de Referência ou Contrato, tais como: itens passíveis de penalidade; dosimetria das penas (considerado casos mais graves ou menos graves); cumprimento de regras ou normativos específicos; prazos importantes; obrigações e responsabilidades da empresa contratada que são importantes de se prever e acompanhar; formas de pagamento; requisitos para a fiscalização observar; detalhes quanto ao recebimento do objeto (tanto provisoriamente quanto definitivamente); eventual necessidade de comprovação de qualificação técnica da empresa; condições específicas de execução da contratação; dentre outros itens que a equipe julgar importante destacar.

15. Mapa de Riscos:

- a) Em cada contratação haverá riscos específicos, tais como: risco de licitação deserta/fracassada, de descontinuidade do contrato, de atraso na tramitação do processo, etc.

- b) Para cada risco verificado, caberá o preenchimento de um mapa de riscos.

- c) No presente formulário foram disponibilizados como modelo 02 (dois) mapas de riscos para preenchimento de forma exemplificativa.

16. Declaração da viabilidade ou não da contratação:

- a) Explicitamente declarar que a contratação é viável ou que a contratação não é viável, justificando com base nos elementos anteriores dos Estudos Preliminares.

17. Indicação da modalidade de contratação

Em razão dos valores, bem como as demais características de execução e prazo, indicar a modalidade provável de contratação, atentando-se aos critérios para se evitar o fracionamento de despesa (execução, no mesmo exercício financeiro, de outras despesas semelhantes ao grupo do objeto que se pretende contratar neste processo (solicitar apoio do integrante administrativo).



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI**, *Assessora*, em 16/04/2026, às 16:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUÍS MACIEL MALVES DA SILVA**, *Coordenador*, em 16/04/2026, às 17:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO HARUO BRAGA NAGATA**, *Técnico Judiciário*, em 17/04/2026, às 14:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2020383** e o código CRC **F5379613**.

0002666-80.2026.6.12.8000

2020383v36